



Programa de Ações  
Integradas e Referenciais de  
Enfrentamento à Violência  
Sexual Infanto-juvenil  
no Território Brasileiro



Secretaria de  
Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL

**BRASIL**

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

## Assessoria Técnica

No conjunto das estratégias definidas por ocasião da implantação do PAIR a atividade da Assessoria Técnica é também destacada como uma das mais relevantes, considerando a necessidade de criação de mecanismos eficazes que contribuam para a sustentabilidade das ações locais.

A assessoria técnica realizada pelo Grupo de Suporte Técnico (GST) caracteriza-se pelo acompanhamento das ações dos operadores da rede de atendimento dos municípios. Tem como objetivo geral fortalecer tecnicamente as ações de atendimento integral a crianças e adolescentes e suas famílias em situação de exploração sexual e tráfico para esse fim, a partir do estímulo ao desenvolvimento de estratégias locais. E tem ainda como objetivos específicos:

- a) o fortalecimento e autonomia dos grupos de trabalho e equipes locais;
- b) o atendimento humanizado na rede de atendimento;
- c) a atuação de forma integrada e articulada dos Conselhos Tutelares e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Programa Sentinela/CREAS);
- d) o fortalecimento da rede de atenção, com foco principal no enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil;
- e) a ampliação do pensamento crítico da rede;
- f) o fortalecimento do posicionamento ético e político nas ações desenvolvidas.

Essa atividade se estruturou em dois níveis: presencial e a distância.

### 5.6.1 Assessoria Técnica a Distância

A proposta foi manter uma comunicação aberta com os participantes das atividades de formação/capacitação e com as equipes acompanhadas no processo de assessoria técnica presencial de forma a responder as demandas apresentadas.

Outra estratégia utilizada pelo Programa como suporte para essa assessoria técnica a distância foi a instalação e a veiculação de um [site](http://www.caminhos.ufms.br) ([www.caminhos.ufms.br](http://www.caminhos.ufms.br)), possibilitando uma ampla difusão das ações realizadas em cada município.

Desenvolvido pela Escola de Conselhos, à época vinculada ao Departamento de Jornalismo (DJO) da UFMS, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o [site](http://www.caminhos.br) [caminhos.br](http://www.caminhos.br) é parte do projeto “A Comunicação como Estratégia para o Fortalecimento das Ações do Sistema de Garantias de Direitos no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”.

Dentre os seus objetivos destacam-se: a mobilização da sociedade para uma maior visibilidade do fenômeno da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, a partir de métodos e meios de que dispõe a comunicação; e o estímulo de reflexões e discussões sobre o tema.

No ambiente virtual do [caminhos.br](http://www.caminhos.br), operadores do Sistema de Garantia de Direitos (especialmente os conselheiros tutelares e equipes vinculadas ao Programa Sentinela/CREAS) puderam também participar de cursos de capacitação a distância e ter acesso a artigos de especialistas nas questões da infância e adolescência.

No período de dezembro de 2003 a junho de 2005 foi disponibilizado um **clipping** semanal de notícias sobre o tema, selecionadas a partir das matérias veiculadas na mídia das seis cidades abrangidas pelo PAIR.

### 5.6.2 Assessoria Técnica Presencial

Essa assessoria teve por objetivo geral a consolidação de metodologias no campo do atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual comercial e tráfico para esse fim. E, como objetivos específicos:

- a) assessorar instituições e serviços da rede visando a assegurar um atendimento eficaz na remissão dos casos de crianças e adolescentes atendidas na condição de vítimas de exploração sexual comercial e tráfico para esse fim;
- b) oferecer suporte técnico e metodológico para a sistematização das experiências desenvolvidas pelas instituições, programas e serviços em condição de disseminação de seus resultados;
- c) propiciar a transferência do trabalho de assessoramento técnico para especialistas locais, diretamente envolvidos em programas ou atividades de pesquisa e extensão, com atuação nas universidades públicas.

### 5.6.3 Metodologia/Estratégias de Ação da Assessoria Técnica Presencial - Visita aos Municípios

Essa atividade desenvolvida nos municípios possibilitou contato direto dos assessores técnicos com a realidade local. As visitas foram realizadas preferencialmente por duplas de especialistas, que desenvolvem seu trabalho a partir de quatro eixos:

- a) atendimento psicossocial;
- b) trabalho com famílias;
- e) educação social;
- f) protagonismo juvenil.

Obviamente, quando se fala em atendimento e em trabalho em rede, os eixos convergem e estão imbricados. No entanto, essa foi a estratégia encontrada para que os assessores com diversas **expertises** tivessem a possibilidade de provocar discussões e reflexões mais focadas, tendo como ponto de partida os eixos do POL, para posteriormente ampliar o universo das suas ações. Integrar os eixos significa potencializar a rede e trabalhar na perspectiva da intersetorialidade, tão necessária e importante na busca de resultados satisfatórios no enfrentamento da violência sexual.

Outro ponto a ser observado é que a assessoria não deve se restringir apenas a quatro eixos. Às ações podem ser incorporados outros eixos, especificamente os da defesa e responsabilização e prevenção, por exemplo. Ressalte-se que esses eixos já foram traba-

lhados na etapa inicial do PAIR, mas não foi dada a continuidade por questões operacionais, fato que merece ser avaliado na sua expansão.

No decorrer dessas visitas foram previstas a realização das seguintes atividades:

- a) elaboração de planejamento estratégico;
- b) formação de grupos de estudo para discussão de temas específicos e estudo de casos;
- c) orientação às equipes dos serviços da rede de atendimento;
- d) repasse de tecnologias sociais testadas e validadas nas áreas mencionadas.

A assessoria tem, na concepção de seu trabalho de suporte técnico, um dos importantes instrumentos de defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, principalmente por apontar para a criação, o fortalecimento e a implementação de um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual.

#### 5.6.4 Pressupostos Metodológicos

O princípio básico da assessoria técnica é contribuir para o fortalecimento das metodologias locais de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, respeitando sempre a autonomia e as potencialidades das localidades. Sem dúvida, os assessores técnicos acumularam ao longo da sua trajetória nas instituições de origem muita experiência que merece ser repassada. A busca nesses encontros, muito mais do que “transferir” metodologias de sucesso, é convocar os municípios a produzirem reflexões, muitas vezes a partir de pontos delicados da rede, onde os conflitos e os antagonismos são comuns, para que possibilitem o redimensionamento de redes tornando-as mais humanizadas e com mais capacidade técnica para organizarem e definirem suas ações.

Outro pressuposto importante desse trabalho refere-se à compreensão da criança e adolescente em situação de exploração sexual como sujeito e produto do seu território. Nesse sentido, o trabalho da assessoria visa a sensibilizar as redes para que tenham um olhar para o sujeito que o inclua, e assim promova a aproximação dele com a comunidade. O objetivo dessas discussões é propiciar a perspectiva de construção de fluxos e metodologias que incorporem o princípio de que a aproximação com a comunidade é uma

forma de promoção da vida, de cidadania, e fundamental para os resultados do trabalho. O trabalho é direcionado para que a partir da presença de pessoas “externas”, que provocam reflexões e aportam conhecimentos, a rede se mobilize dentro de uma lógica onde é necessário primeiro se humanizar para que se produzam relações humanas. O princípio é o da afetação mútua, em uma concepção do trabalho com base no que as relações produzem.

Outros pressupostos do trabalho:

- a) auxiliar na consolidação de metodologias, tendo como princípios a autonomia, o fortalecimento e a consolidação dos sistemas/redes locais;
- b) compreender o atendimento nas suas diferentes interfaces e articulação com Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça, Cultura, Esporte e outras áreas;
- c) considerar a multiplicidade étnico-cultural que compõe a demografia brasileira, respeitando os aspectos históricos e culturais presentes na constituição social da população brasileira;
- d) ser uma referência central na formulação de políticas públicas de combate às desigualdades sociais no país, para que a política de proteção à família seja uma forma eficaz de atuar sobre a realidade de seus membros (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos);
- e) valorizar as mediações que evidenciam o sujeito social e a centralidade da família. Nessa perspectiva, quem entra em cena é o grupo – família. É fundamental o envolvimento do universo familiar e suas referências afetivas nos atendimentos;
- f) atuar em equipe multidisciplinar;
- g) ter postura pró-ativa das equipes: busca ativa dos casos;
- h) compreender a prevenção como uma estratégia fundamental no enfrentamento da violência sexual;
- i) compreender a dinâmica da rua e do processo de exclusão e marginalização das crianças e adolescentes de/na rua;
- j) analisar os desafios metodológicos da prática social transformadora;
- l) consolidar as atuações profissionais que reduzam a exposição de crianças e adolescentes em situação de violência sexual a fatores de risco e diminuam o processo de vulnerabilização;

- m) articular o atendimento psicossocial e jurídico;
- n) construir ações que visem à desconstrução da internalização do estigma a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.